

R

L

- Revista Litteris – n. 16 - Janeiro de 2016 Dossiê Oriente Médio A Partir do Brasil

6

## ENTRE IMPÉRIOS E TRIBOS: A DERROCADA DO AFGANISTÃO A UM ESTADO FALIDO

Devlin Tavares Biezus<sup>1</sup>  
Andrew Patrick Traumann<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o que torna o Afeganistão um Estado falido, para isso será analisada as teorias sobre falência estatal e com isso, traçar um paralelo com a história do Afeganistão, podendo assim inferir quais motivos tornam o país um Estado falido.

**Palavras-chave:** Ásia central, Afeganistão, Estados falidos

### ABSTRACT

*This paper has as its goal to understand what makes Afghanistan a failed state, to do so it will be analyzed theories about state failure, thereby tracing a parallel between those theories and the history of Afghanistan to infer the reasons which render the country a failed state.*

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacional - **Centro Universitário Curitiba** - Curitiba / PR - devlinbiezus@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador professor doutor do curso Relações Internacionais - **Centro Universitário Curitiba** - Curitiba / PR - andrewtraumann@hotmail.com

**Keywords:** Central Asia, Afghanistan, failed states

## 1 INTRODUÇÃO

A fim de analisar os motivos que tornam o Afeganistão um Estado falido, primeiramente serão apresentadas as definições do Estado moderno juntamente com a concepção dos Estados falidos; em segundo lugar será analisado a história do Afeganistão e, os anos que antecederam a intervenção dos Estados Unidos no país; por fim a conclusão do artigo trará um diálogo entre a teoria dos Estados Falidos e a história analisada do Afeganistão, assim traçando uma resposta e inferindo as razões do porquê o país se identifica como falido.

Esse tema foi escolhido devido a relevância do Afeganistão nas Relações Internacionais, pois é um país que ao decorrer da sua história foi invadido e influenciado por diversas potências externas, portanto é essencial analisar seu passado para entender o contexto que o país vive atualmente.

Ainda, analisar o contexto histórico do país torna possível a compreensão de como se deu a ascensão do Talibã e os motivos da invasão dos Estados Unidos no país, acontecimentos que impactam o Afeganistão ao longo prazo.

## 2 ESTADO-NAÇÃO E ESTADOS FALIDOS

Para compreender o Estado-Nação é necessário primeiramente definir o que é Estado. Como as teorias que definem Estado abrangem diversas áreas do pensamento, como filosofia, sociologia, ciência política e direito, e o objetivo deste trabalho não é analisar as diversas concepções do Estado, serão abordadas aqui as definições utilizadas por Weber e Hobbes.

Max Weber (1982, pg. 98) em seu ensaio Política como Vocação define o Estado como “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”. Desse modo o Estado é o único capaz de usar a força legitimamente contra as pessoas que ocupam seu território.

Thomas Hobbes apresenta a ideia do “contrato social” que os cidadãos firmam com o Estado, já que segundo ele indivíduos que vivem sem estado e leis se encontram em um estado de guerra constante de todos contra todos, por isso Hobbes

defende o pacto voluntário que os indivíduos fazem com o governo soberano absoluto, o Estado, dando suas liberdades em troca de segurança.

Mas além de compreender que o Estado possui o uso legítimo da força e é responsável pela segurança entre seus cidadãos, é necessário também definir a concepção do que é nação.

De acordo com Francesco Rossolillo (1998, p. 797), um dos autores do Dicionário de Ciência Política, nos diz que o termo nação “faz seu aparecimento no discurso político — na Europa — durante a Revolução Francesa;” o autor também caracteriza Nação como uma ideologia a qual sua função é “manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado”. Portanto para criar um Estado Nacional é necessário também criar uma ideologia ou uma ideia que una sua população e que a faça se sentir que pertence a seu Estado, assim naturalizando a ideia de nação e sua nacionalidade.

Ainda segundo Francesco Rossolillo (1998 p. 798) os Estados nações recém criados “precisaram dispor de instrumentos aptos para incutir artificialmente no íntimo dos próprios cidadãos estes sentimentos de fidelidade.” Esses sentimentos de fidelidade se faz extremamente necessário para a centralização do poder estatal criando a institucionalização do serviço militar obrigatório, da escola de Estado, da administração estatal entre outros serviços necessários para proteger o Estado de perigos e invasões.

Ernest Gellner em sua obra *Nations and Nationalism* (1984, p. 6) retrata o fato de alguém pertencer a uma nação como “ ter uma nação não é um tributo inerente da humanidade, mas agora isso parece a ser”.<sup>3</sup> Assim afirmando que a concepção de nação se encontra naturalizada e o fato de alguém não pertencer a uma nação seria algo estranho a sua realidade da sociedade moderna.

Eric Hobsbawm (1990, p.15) critica as definições de Nação que se baseiam em uma etnia ou língua comum, segundo ele

“todas as definições objetivas [de nações] falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como 'nações', sempre é possível descobrir exceções.”

---

<sup>3</sup> “ Having a nation is not an inherent attribute of humanity, but it has now come to appear as such”  
tradução livre

Portanto, para Hobsbawm, “os critérios usados para esse objetivo - língua, etnicidade ou qualquer outro - são em si mesmo ambíguos, mutáveis, opacos.”, desse modo uma definição de nação baseada na cultura, língua ou religião comum da população é vaga e pode se encontrar exceções facilmente.

Contudo, Benedict Anderson (1983, p.32) define nação como “uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Ele ainda explica que a nação é imaginada porque “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre ele” (1983, p.32).

Desse modo a ideologia da nação foi utilizada para legitimar a criação de novos Estados em prol de uma “nacionalidade comum”, mesmo que para criá-la outras nacionalidades espontâneas tivessem de ser abafadas ou deslegitimadas. Além dessa ideologia ser utilizada para justificar independências ela também se mostrou eficiente no controle de populações. Em um contexto histórico no qual o poder absoluto monárquico fora extinguido, os então dirigentes do Estado precisavam de uma maneira de controlar sua população, essa foi encontrada na criação de um sentimento nacional. A criação do sentimento de pertencimento que a nação propõe aos seus cidadãos faz com que esses se tornem tão fiéis ao seu Estado a ponto de estarem dispostos a dar sua vida em nome da nação, como aconteceu na Primeira Guerra Mundial, assim Hobsbawm (1988, p. 135) afirma que

As autoridades — numa época sempre mais democrática, não podendo confiar mais na submissão espontânea das ordens sociais aos que lhes eram socialmente superiores, à maneira tradicional, ou na religião tradicional, como garantia eficaz de obediência social — necessitavam de um modo de ligar os súditos do Estado contra a subversão e a dissidência. “A nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado — para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificadas com o Estado, e talvez, acima de tudo, para a classe. Nos Estados constitucionais, quanto mais as massas eram trazidas para a política através das eleições, tanto maior era o campo em que tais apelos se faziam ouvir.

Além do mais, o Estado-Nação mostrou seu auge no final do século XIX e início do século XX, período analisado por Eric Hobsbawm como *Era dos Impérios*, época

em que o imperialismo se expande do território nacional para o continente africano e asiático, assim criando colônias e exercendo uma dominação sobre esses territórios, a qual foi legitimada pelo “Fardo do Homem Branco” que tinha como dever levar a civilização para esses territórios então “menos evoluídos”.

O Estado-Nação dá a possibilidade para cada nação ter seu Estado e sua autodeterminação, quando esse Estado é tomado por violências internas e não é mais capaz de proteger sua população ou até mesmo não conseguir mais cumprir seu dever para com a população, como prover saneamento básico, segurança, saúde, educação. Além das questões políticas e sociais o Estado pode caminhar em direção ao enfraquecimento devido a más políticas econômicas e assim obter um baixo desempenho econômico o que influencia negativamente nas vidas de seus cidadãos. Essas questões e outras que serão abordadas caracterizam um Estado falido.

Assim, é importante ressaltar que o termo Estado Falido não se refere a um Estado financeiro e economicamente quebrado, ou no sentido de falência como suspender seus pagamentos. mas sim no sentido de falhar, faltar, desfalecer.

Quando os Estados falham, de acordo com Rotberg (2003, p, 1) “os governos perdem credibilidade e a natureza do Estado-Nação se torna questionável e ilegítima nos corações e mentes de seus cidadãos”<sup>4</sup>.

Desse modo, ao analisar os Estados Falidos é preciso levar em conta as consequências que culminaram a esse ponto. De acordo com a obra de *When States Fail* editado por Robert I. Rotberg existe um espectro cujo os Estados podem se encaixar que segue desde o Estado forte, passa do para o Estado fraco, Estado falho (ou falido) até o Estado colapsado.

Um Estado é caracterizado como forte quando esse é capaz de prover políticas que proteja seus cidadãos e permitam que esses tenham uma boa qualidade de vida, como promover segurança pública, não apenas em relação com crimes domésticos mas também defendendo seu território e fronteiras de ameaças externas. Além disso Estados fortes contam com um estável ordenamento jurídico o qual possibilita a entrega eficiente de políticas públicas a seus cidadãos e que fornece leis previsíveis as quais regulam disputas e normas. Outros recursos que um Estado forte proporciona, apesar de poderem ser encontrados como iniciativa privada, são

---

<sup>4</sup> “Their governments lose credibility, and the continuing nature of the particular nationstate itself becomes questionable and illegitimate in the hearts and minds of its citizens”. Tradução livre

educação; sistema de saúde; obras de infra-estrutura como portos, aeroportos, ferrovias, estradas e rodovias; sistema de comunicação e sistema bancário eficientes.

Já o Estado fraco tem uma performance boa e ruim simultaneamente, podendo prover mais em determinada área e agir insuficientemente em outras áreas. Nesses Estados a taxa de criminalidade é mais alta em comparação com os Estados fortes, o sistema de saúde e educacional não recebe o investimento necessário ou é negligenciado, a infra-estrutura se encontra sucateada, além do mais esses Estados apresentam um alto nível de corrupção. Bem como alguns Estados fracos podem se encaixar em uma categoria especial, a qual segundo Rotberg (2003, p. 5) seria “o que se parece forte, sempre uma autocracia, a qual controla dissidentes e é seguro, mas ao mesmo tempo provê poucos bens políticos”<sup>5</sup>. O autor exemplifica:

“Coréia do Norte, o regime que permite suas pessoas a passar fome. Cambodia sobre Pol Pot e Iraque sobre Saddam Hussein também se qualificam, como também a contemporânea Bielorrússia, Turcomenistão e Líbia. Através de tempos recentes, a lista de estados que são fundamentalmente fracos mas parecem ser fortes é ainda mais extensa”<sup>6</sup> (ROTBURG, 2003, p. 5).

Depois da classificação do Estado fraco, segue o Estado falido, esses estão marcados por guerras civis, cuja violência é legitimada através de ataques ao governo o qual os insurgentes demandam poder ou autonomia. Essas guerras civis são consequência da inimizade entre tribos, etnias ou religiões, mas também podem surgir devido a opressões feitas pelo governo, o que favorece o surgimento de grupos rebeldes, além do mais os movimentos insurgentes podem ser fruto do negligenciamento estatal perante toda a população, ou da opressão perante a um determinado grupo o discriminando em benefício de uma maioria.

Além de estar marcado por guerra civil, o Estado falido não é capaz de prover segurança, assim não conseguindo manter estabilidade nas regiões fronteiriças e periféricas, fazendo com que grupos insurgentes tomem controle de determinadas regiões; os poderes legislativo, executivo e judiciário se tornam dependentes,

---

<sup>5</sup> “The seemingly strong one, always an autocracy, which rigidly controls dissent and is secure but at the same time provides very few political goods.” Tradução livre

<sup>6</sup> “North Korea, the regime permits its people to starve. Cambodia under Pol Pot and Iraq under Saddam Hussein also qualify, as do contemporary Belarus, Turkmenistan, and Libya. Across recent times, the list of states that are fundamentally weak but appear strong is even more extensive”. Tradução livre

quando não é controlado por apenas uma autoridade; uma determinada elite que se encontra no poder fornece privilégios para poucos; devido a guerra e muita violência os recursos se tornam escassos. A grande violência gerada pelos conflitos civis torna a autoridade estatal ainda mais fraca, portando Rotberg (2003, p. 6) afirma que

assim como o estado se torna criminal na opressão de seus cidadãos, a ilegalidade se torna mais aparente. Ganges criminais tomam as ruas da cidade. Tráfico de armas e drogas se tornam mais comum. Forças ordinárias de polícia se tornam paralisadas. Comportamentos anômicos se tornam a norma. Para proteção os cidadãos se transformam em senhores de guerra e outras figuras fortes cujo expressa ou mostra soliedaridade etnica ou de clã, assim oferecengo a possibilidade de segurança em um momento onde tudo, inclusive o estado, está desmoronando.<sup>7</sup>

Ademais, o ponto culminante do Estado falho, que surge como consequência de todos os problemas já citados, é a migração dos indivíduos os quais são vítimas da fome, da guerra e que ainda perderam suas propriedades, sendo assim essa migração se torna a única opção para sobrevivência. Ainda, o patamar em que o Estado pode se encontrar além do falimento é o colapso, estágio o qual o vácuo de poder no Estado é predominante, a obtenção de benefícios estatais são fornecidos por entidades privadas e a segurança se baseia da lei do mais forte, um exemplo de Estado em colapso é a Somália, onde a autoridade estatal desapareceu completamente e a anarquia é predominante.

Sendo assim, é necessário salientar que a posição de falimento, ou de colapso estatal é o resultado de um processo de declínio do Estado-nação (Rotberg, p. 14) ou seja, não é algo imediato, mas a consequência de várias ações e decisões tomadas que tornam o Estado cada vez mais falho. Além do mais os Estados que estão prestes a falir, os já falhos e até mesmo os Estados em colapso não se encontram em uma posição estática, portanto eles podem se reestruturar e assim, melhorar sua condição e voltar a fornecer a seus cidadãos os bens políticos necessários para uma boa qualidade de vida. Essa reestruturação pode ser feita a partir do próprio

---

<sup>7</sup> “As the state becomes criminal in its oppression of its citizens, so lawlessness becomes more apparent. Criminal gangs take over the streets of the cities. Arms and drugs trafficking become more common. Ordinary police forces become paralyzed. Anomic behaviors become the norm. For protection, citizens naturally turn to warlords and other strong figures who express or activate ethnic or clan solidarity, thus offering the possibility of security at a time when all else, including the state itself, is crumbling”. Tradução livre

Estado ou com ajuda internacional, como a ONU, que conta com uma Comissão para a Construção da paz.

Rotberg afirma que o que leva um Estado a falir ou até mesmo a entrar em colapso, na maioria dos casos, é uma liderança destrutiva. Tal como na mesma obra, *When States Fail*, o terceiro capítulo o autor Christopher Clapham aborda uma análise mais profunda da questão do porquê alguns Estados falham. O autor leva em consideração a universalidade da entidade estatal e a imposição do modelo de Estado europeu nos demais territórios, assim argumentando que devido ao fato de existirem Estados falidos o modelo estatal europeu não é universalmente atingível.

Clapham (2003, p. 77) afirma que os Estados não são características imutáveis da ordem política global, já que os Estados contam com diferentes e específicas procedências históricas, assim apesar desse modelo se parecer algo natural, outras formas de governança além do modelo de Estado europeu existiram. Desse modo Clapham defende que a ideia universal do Estado, ou seja a convicção que toda superfície do globo deve ser dividida em territórios soberanos é resultado do modelo imperialista.

Ainda seguindo o pensamento sobre o universalismo do modelo de Estado europeu Clapham (2003, p. 79) justifica que

“a ideia de que o mundo deveria ser dividido entre os Estados que exerciam uma autoridade total sobre seus territórios e populações data apenas da era do colonialismo europeu, em consequência da criação de uma economia global a qual o Estado era considerado como necessário para assegurar e regular o acesso de recursos em áreas até então inacessíveis ou não controladas.”<sup>8</sup>

Dessa maneira quando os Estados europeus assumiram o poder da América, a Oceania, a África e parte da Ásia por meio da colonização, foi criado um tipo de Estado diferente do que já existia, um Estado no qual as fronteiras, o território, as estruturas de governo, a produção econômica e até mesmo a população foram estabelecidos de cima para baixo, ou seja uma nova estrutura até então desconhecida para aquela população foi imposta, criando tensões entre a nova forma de Estado e a antiga.

---

<sup>8</sup> “The idea that the whole world ought to be divided among states exercising full authority over their territories and populations dates only from the era of European colonialism and, in turn, from the creation of a global economy in which statehood was regarded as necessary to secure and regulate access to resources in hitherto inaccessible or uncontrolled areas” Tradução livre



Portanto ao analisar as ideias de Clapham pode-se concluir que os problemas que levam um Estado falir são muito mais complexos do que apenas uma questão de liderança, pois além da má administração por parte do governante, ou os demais motivos já citados nesse trabalho, o autor leva em conta toda a formação imposta por países europeus. Essa formação forçada difere do modelo de Estado que a população conhecia anteriormente e o resultado desse processo se observa no período da descolonização, o qual Estados coloniais obtêm sua independência das nações europeias, mas sofrem com alicerces fracos que formam seu governo, muitas vezes não conseguindo administrá-lo de maneira adequada.

Levando em conta como exemplo alguns países do oriente médio, ao obterem sua independência alguns tiveram sucesso na criação de um sentimento nacional que unisse parte da sua população, como aconteceu no Iraque, assim criando um aparato estatal forte capaz de controlar sua população ou como ocorre no Irã, onde sua população ainda carrega um forte sentimento de orgulho persa que arremete a era desse império.

Ao levar em conta todas essas questões trabalhadas que respondem o que leva um Estado a falir, é necessário analisar uma das consequências desse processo que mais se destaca atualmente, além de sofrerem com corrupção, genocídios e má governança alguns Estados falhos ou em colapso são palco para o surgimento de diversos grupos terroristas, assim passando a ameaçar a estabilidade da região e os interesses nacionais, individuais a até mesmo internacionais.

No contexto de pós ataques do 11 de setembro, os considerados Estados Falidos receberam atenção da comunidade internacional, pois a partir do momento que a falência estatal passou a ameaçar a estabilidade global, as potências ocidentais passaram a se preocuparem com as consequências que esses governos geram na comunidade internacional e a discutir a reconstrução e a democratização desses estados. Portanto os ataques do grupo terrorista Al-Qaeda aos Estados Unidos permitiram que eles justificassem a guerra no Afeganistão e a invasão do Iraque com intuito de tirar tanto o Talibã, que apoiava a Al-Qaeda, quanto Saddam Hussein do poder.

### **3 AFGANISTÃO: CONTEXTO HISTÓRICO**

Para compreender de uma maneira mais profunda a guerra dos Estados Unidos no Afeganistão é necessário apresentar brevemente a história do Afeganistão e analisar o contexto que o país vivia nos anos que antecedem a invasão.

O Afeganistão é um país situado na região da Ásia Central, não tem acesso ao mar e faz fronteira com Paquistão, Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, e China. O país já esteve sob domínio de grandes imperadores, como Ciro II, Alexandre o Grande, Gengis Kahn e Tamerlão, assim fazendo parte de diferentes impérios. É pertinente ressaltar que esse controle do território afegão não foi feito devido a riqueza do país, mas por ser um território que dá acesso a lugares mais prósperos, como Irã, Índia e até mesmo as rotas comerciais (BARFIELD, 2010, p. 66).

Essa série de invasões resultaram em uma mistura complexa de etnias, culturas e religiões que dificultam a construção de uma nação, já que a parte ocidental do Afeganistão foi dominado por falantes Persa ou Dari, no norte os uzbeques, turcomanos, entre outros, falavam a língua turcomana da Ásia Central, e tanto no sul quanto no leste os tribos Pashtun falavam sua própria linguagem, o Pashto (RASHID, 2000, p. 10). Isso ilustra a colcha de retalhos étnica que é o país, assim as etnias que mais se destacam são as Pashtuns, tadjiques, uzbeques, hazaras, airmaqs, farsiwan, brahuis, turcos, baluches, nuristas.

O império afegão foi criado em 1761 por Ahmad Shah Durrani, conquistando novos territórios na região da Caxemira, mas diferentemente dos impérios clássicos, como Roma ou China, onde o principal objetivo era criar uma administração central, o Afeganistão contava com um território escassamente povoado que separavam os centros agrícolas da vida urbana (BARFIELD, 2010, p. 68). Contudo foi apenas no século XIX que as fronteiras do país foram traçadas da maneira que conhecemos atualmente.

Diz-se fronteiras traçadas, pois a definição das fronteiras afegãs foram resultado de um acordo entre Inglaterra e Rússia após a tentativa da conquista do território por essas duas potências. Assim no século XIX o império britânico, com receio que a Rússia se expandisse ainda mais em direção a Ásia Central e que cobixasse o Afeganistão para prejudicar a Índia britânica, fez três tentativas de conquistar o território afegão, as quais todas não obtiveram sucesso. Portanto após o Reino Unido perceber que o país não se renderia pela força, passou a oferecer subsídios para manipular os chefes tribais e assim tornar o Afeganistão um Estado cliente (RASHID, 2002). Assim é nesse contexto de disputas territoriais entre

Inglaterra e Rússia imperiais que origina o “Grande Jogo”, o qual segundo consistia em uma guerra “clandestina de inteligência, suborno e uma ocasional pressão militar, visto que ambos poderes mantiveram uma distância respeitosa entre si, mantendo o Afeganistão como um Estado tampão entre eles”<sup>9</sup> (RASHID, 2002, p. 11).

A segunda guerra anglo-afegã foi travada devido a um conflito de influência entre o Reino Unido e a Rússia e terminou em 1879 com o Tratado de Gandamak, apesar disso ainda continuou a existir tensões entre os dois impérios que foram resolvidos mediante à acordos apenas em 1891 a 1896, os quais estabeleceram os limites atuais do país, entre eles a linha Durand que separava o Afeganistão da Índia britânica, atual Paquistão, com isso a população da tribo pashtun foi dividida entre os dois territórios (BAPTISTA, 2006, p. 5).

Ainda no pós segunda guerra anglo-afegã, os britânicos passaram a apoiar o Emir Abdul Rehman, que havia reivindicado o trono. Ele recebeu apoio da Inglaterra para centralizar e fortalecer o estado, assim usando subsídios e armas vindos do Reino Unido para criar uma administração eficiente e um exército permanente. Assim Emir Abdul subjugou rebeliões de tribos Pashtuns e colocou fim na autonomia dos Hazaras e Uzbeques,

usando métodos que seriam seguidos um século mais tarde pelo Talibã, ele realizou uma versão de limpeza étnica no século XIX, massacrando oponentes não-Pashtuns e movendo as tribos Pashtuns para estabelecer fazendas no norte do país, assim criando uma população Pashtun leal entre outras minorias étnicas (RASHID, 2002, p. 12).<sup>10</sup>

Rashid (2002 p. 12) relaciona que as consequências dessas políticas baseadas em massacres se deram por meio de tensões entre tribos de diferentes etnias, do isolacionismo do país em relação ao ocidente e influências modernizadoras, como educação, e do fortalecimento do poder dos mulás Pashtuns devido a adoção do conceito de direito divino para governar. Além disso o autor afirma que o massacre

---

<sup>9</sup> “‘The Great Game’ between Russia and Britain, a clandestine war of wits and bribery and occasional military pressure as both powers kept each other at a respectful distance by maintaining Afghanistan as a buffer state between them” Tradução livre.

<sup>10</sup> “Using methods that were to be closely followed 1 century later by the Taliban, he carried out a nineteenth-century version! of ethnic cleansing, massacring non-Pashtun opponents and transporting Pashtuns to settle farms in the north thereby creating a loyal Pasht population amongst the other ethnic minorities” Tradução livre.

étnico feito após 1997 e a influência do Talibã também podem ser rastreados como consequência das atitudes do Emir Abdul.(RASHID, 2002, p. 12)

O Afeganistão conquistou sua independência do protetorado inglês através da Terceira Guerra Anglo-Afegã, desse modo em agosto de 1919 foi assinado o Tratado de Rawalpindi, reconhecendo a independência do Afeganistão e acabando com os subsídios do Reino Unido. Apesar de conquistar sua independência em 1919, o país se tornou uma república apenas em 1978 por meio de um golpe estatal de Sardar Mohammed Daoud Khan, que seria presidente, e com apoio do Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA) que possuía uma ideologia socialista.

O PDPA era dividido entre dois grupos, sendo esses o Khalq (povo) que contava com o predomínio de tajiques e hazaras e pretendiam uma revolução operária-camponesa. E o grupo Parcham (bandeira) liderado por Karmal com maioria pashtun e se pretendia uma união popular com a participação da classe média, intelectuais e militares (BAPTISTA, 2006, p. 6). Mas além do PDPA outros partidos que faziam parte do cenário político do país eram os tradicionalistas islâmicos, liderados por Rabbani da Associação Islâmica e Hekmatyar, chefe do partido islâmico. A procura de ajuda e modernização da estrutura estatal, o presidente Daoud se voltou a União Soviética, assim dos anos de 1959 a 1978 o país doou \$1,26 bilhão de dólares para o Afeganistão em ajuda econômica, e \$1,25 bilhão de dólares para ajuda militar, além disso durante o mesmo período os Estados Unidos doou ao país \$533 milhões de dólares, mas a maior parte dessa doação se deu na década de 1950, após isso o governo estadunidense perdeu interesse pela região (RASHID, 2002, p. 13).

A ajuda soviética não se deteve apenas por empréstimos, mas também com o auxílio para a construção de fábricas, aeroportos em Cabul e Mazar-i-Sharif usados também para voos domésticos. Engenheiros soviéticos supervisionaram o aeroporto militar, forneceram aviões bombardeiros e caças, maquinarias vermelhas pavimentaram as ruas de Cabul e comércios foram abertos baseados no estilo russo (TOMSEN, 2011, p. 90).

Dessa forma o Afeganistão se tornou o primeiro país do terceiro mundo a aceitar ajuda militar e econômica soviética em larga escala, sendo o prelúdio da segunda principal mudança no meio político e social afegão, em razão das políticas da Guerra Fria, assim agências de inteligência soviéticas começaram a explorar clandestinamente os promissores laços Soviéticos-Afegões para expandir a rede de Moscou com agentes dentro do Afeganistão (TOMSEN, 2011, p. 58).

Isto posto, 40% da receita estatal era proveniente de outros países, o que tornou o Afeganistão um Estado rentista, já que, como seus antecessores monarcas, Daoud, mesmo com condições econômicas favoráveis, falhou em prover instituições para que existisse algum tipo de representação pública na política. (RASHID, 2002, p. 13).

A única estrutura para-democrática baseada em votos da população é a Loya Jirga, traduzido como Grande Conselho, essa é considerada como um parlamento local, mas que na verdade não reflete a democracia. A Loya Jirga faz parte da tradição afegã e se iniciou em 1709, no conselho se inclui as pessoas influentes do país que representam todos os poderes, como político, econômico, militar e religioso, todas as etnias, os sunistas e os xiitas. Essa estrutura é usada para tomar decisões e a implementá-las, assim todos podem participar de discussões, mas deve haver um consenso, o qual usualmente incide das pessoas de mais poder e influência (BAPTISTA, 2006, p. 9).

Daoud passou a concentrar os poderes executivo, legislativo e judiciário em suas mãos, criando uma autoridade que serviria de uso contra o Parcham e demais oponentes políticos, assim em 1975 ele estabeleceu seu próprio partido e censurou todos os demais. A partir disso Daoud começou a remover o grupo Parcham do governo, inclusive aqueles que o haviam apoiado a ascender ao poder, dessa maneira já em 1977 o gabinete composto por políticos Parcham foram todos depostos e substituídos por rostos familiares da elite governante tradicional de Cabul, além do mais Daoud procedeu com uma diminuição da dependência do Afeganistão com a União Soviética, passando assim a adotar uma política externa de neutralidade, enviando militares para treinar dos Estados Unidos, estreitando relações com Arábia Saudita, Turquia, Egito e Kuwait, países contrários a Moscou, e diminuindo o número de assessores militares soviéticos (TOMSEN, 2011 p. 70).

Essas políticas e demais tensões entre Afeganistão e União Soviética culminou, em 1978 na deposição e assassinado de Daoud Khan em um golpe feito por simpatizantes marxistas do exército que haviam sido treinados na União Soviética, os mesmos que ajudaram Daoud ascender ao poder anos antes. Ao tomar o governo, além de haver divergência entre os comunistas, que estavam divididos entre os grupos Khalq e Parcham, esses ainda foram alvos de revoltas rurais generalizadas devido a falta de compreensão da complexa sociedade tribal do Afeganistão que não apoiava

o socialismo, portanto mulás e khans declararam o jihad, ou seja a luta sagrada contra os comunistas infiéis (RASHID, 2002, p. 13).

Devido a essas revoltas e a conflituosa relação entre os grupos do PDPA, a União Soviética decidiu invadir o Afeganistão no ano de 1979 e entrega o poder ao líder do grupo Parsham, Babrak Karmal ( BAPTISTA, 2006, p. 7). Essa invasão demonstrava como a comunidade socialista estava ganhando terreno, já que a mídia soviética reportava que o Afeganistão havia aderido ao socialismo voluntariamente, a partir disso a influência soviética havia chegado no sul asiático e estrategistas acreditavam que da mesma forma que a vitória comunista se consolidou nos demais países, o comunismo também se consolidaria no Afeganistão (TOMSEN, 2011, p. 79).

A principal resistência afegã contra a invasão soviética foram os guerrilheiros mujahidin e é considerada como “a primeira resistência bem-sucedida a uma potência estrangeira que não estava baseada em princípios quer nacionalistas quer socialistas” (VISACRO, 2009, p. 201 apud HUNTINGTON). Desse modo os grupos islâmicos formavam o suporte principal do movimento de resistência, mas não havia uma consistência ideológica entre eles, já que alguns eram considerados como fundamentalistas e revolucionários que pretendiam reorganizar o Estado e a sociedade tendo como base o islã, assim defendendo sua religião contra a invasão do ateísmo soviético (KAKAR, 1995, p. 66).

Apesar da invasão soviética no Afeganistão não ter alcançado um espaço na mídia ocidental, como a guerra do Vietnã, no mundo islâmico ela teve uma grande repercussão, assim criando “um apelo sagrado em defesa das fronteiras do Islã” (VISACRO, 2009, p. 205). Portanto passam a surgir voluntários jovens dos mais variados países muçulmanos para ingressar na Jihad dos mujahidin.

Além do mais, diversos tribos e classes afegãs compunham a resistência, assim impedindo uma união dos grupos armados contra a força soviética. Essa fragmentação dos mujahidin é uma das mais importantes características da resistência, (VISACRO, 2009, p. 205) já que

“se, por um lado o grande numero de grupos e facções guerrilheiras, muitas delas com um longo histórico de antagonismo e divergências, comprometia a sinergia e o máximo desempenho da resistência, por outro entretanto, impedia que os soviéticos obtivessem uma vitória decisiva, defrontando-se contra uma única ameaça” (VISACRO, 2009, p. 205).

Outro fator importante que contribuiu na resistência afegã foi o apoio externo vindo de países como Arábia Saudita, Egito, Paquistão, Estados Unidos, Inglaterra, Irã e China, enviando dinheiro e armamentos para os guerrilheiros. Já a União Soviética encontrou dificuldades que iam além da fragmentação dos mujahidin, uma vez que o Exército Vermelho não era treinado para operações de contrainsurgência e tampouco estava preparado para enfrentar as dificuldades geográficas do Afeganistão (VISACRO, 2009, p. 206).

Devido a essas dificuldades os soviéticos foram “incapazes de romper a barreira cultural que os separam do povo afegão, amargando sucessivos insucessos contra a guerrilha Mujahidin” (VISACRO, 2009, p. 206). Portanto, ao fracassarem tanto nos combates quanto na tentativa de formar um Exército nacional afegão o Exército Vermelho passou a utilizar a “estratégia da terra arrasada”, o que culminou em crimes de guerra, como o uso desproporcional da força, bombardeio indiscriminado e o emprego de armas químicas, resultando no aumento de mortes de civis e do sentimento de ódio da população em relação aos invasores (VISACRO, 2009, p. 207).

### **3. A ASCENSÃO DO TALIBÃ**

Em 1989, dez anos após a invasão, no dia 15 de fevereiro se completou a retirada dos soldados soviéticos remanescentes no país, assim consolidando a vitória dos guerrilheiros Mujahidin sobre a potência socialista, mas com o fim dessa ocupação iria surgir uma segunda geração de Mujahidin chamado Talibã, o que se traduz como “os estudantes do Islã” (RASHID, 2002, p. 13).

Apesar da saída soviética o presidente pró-comunismo permaneceu no poder até 1992. Assim, no mesmo ano começa uma guerra civil entre as facções Mujahidin, o que resultou no aparecimento do Talibã em 1995. A princípio o grupo surge no sul do país, mas passa a conquistar territórios lutando contra a resistência chamada Aliança do Norte (BAPTISTA, 2005, p. 7). Ainda, em 1992 Rabbani, líder da Sociedade Islâmica conquistou o poder, mas a violência se manteve devido a “fragmentação da resistência, o poder dos “senhores da guerra” locais e a tradição étnica-tribal afegã” (VISACRO, 2009, p. 214).

Rabbani conseguiu permanecer no poder até 1996, já que o veterano Mujahidin Mulá Omar Akhund, líder do Talibã, ocupou Cabul (VISACRO, 2009, p. 214). Os guerrilheiros do Talibã foram formados em escolas islâmicas no Paquistão, e seu objetivo era formar um governo islâmico no Afeganistão, eles contavam com certo apoio popular, principalmente da etnia pashtun (BAPTISTA, 2005, p. 7).

Apesar de controlar cerca de 80% do território afegão em 1998, havia resistências em determinadas regiões, como a já mencionada Aliança do Norte, a qual foi a principal oposição ao grupo extremista. Foi sob a ordem do Talibã que ocorreram massacres de civis e campos de reeducação religiosa, assim o que predominava era a intolerância e o radicalismo (VISACRO, 2009, p. 214). Como, por exemplo o banimento de qualquer forma de entretenimento, especialmente música, a proibição de educação para mulheres e sua circulação em áreas públicas, as forçando assim viver reclusão, punições islâmicas duras para infratores, incluindo a amputação das mãos para os ladrões, desmoranando paredes de barro em cima de homossexuais , e execuções públicas para assassinos e mulheres apanhada em adultério (BARFIELD, 2010, p. 262).

Em relação a sua política externa, os líderes do Talibã formaram poucas relações diplomáticas, se limitando a apenas três países, Paquistão, Arábia Saudita e Emirado dos Árabes Unidos, mas os dois últimos mais tarde se distanciaram do grupo extremista, já o Paquistão, que havia ajudado a criar o Talibã, continuou a fornecer ao movimento ajuda militar e acesso a suas escolas religiosas para recrutar novos soldados (BARFIELD, 2010, p. 264).

As ações radicais de Mulá Omar e suas más relações com demais nações passou a limitar a ajuda internacional destinada ao Afeganistão, tendo como exemplo as explosões dos Budas de Bamiyan em 2001, que demonstrava o ódio em relação a adoração de ídolos, e que ignorou um vínculo com um país de maioria budista, Japão, que fornecia ao Afeganistão ajuda financeira humanitária.

É pertinente abordar a relação entre os grupos Talibã e Al-Qaeda. Os guerrilheiros Mujahidin, além de serem financiados por Estados, também obtinham ajuda de organizações não governamentais, como a Irmandade Muçulmana, assim Abdullah Yussuf Azzam, que era membro da Irmandade “fundou um dos primeiros centros de recrutamento e treinamento de voluntários mujahidin” (VISACRO, 2009, p. 213). Mais tarde Azzam se uniu a Osama bin Laden criando uma das principais bases Mujahidin no Afeganistão.



Assim Osama bin Laden foi um combatente da resistência e segundo Visacro (2009, p. 214) ele seria o subproduto mais emblemático da guerra no Afeganistão, já que

seus feitos são citados nas batalhas de Jalalabad, Jaji, Shaban e Paktia. Seu prestígio e de sua família permitiram angariar o apoio político e financeiro nos bastidores da monarquia saudita. Sua devoção à causa do Islã, seu desprendimento e sua opção austera de vida, compartilhando as privações do cotidiano da militância guerrilheira, fizeram dele um líder inspirados para os homens que o seguiam. (VISACRO, 2009, p. 214)

Já em 1996 Bin Laden havia declarado sua jihad contra os Estados Unidos, pois, segundo ele, ocupavam a Arábia Saudita. No mesmo ano um relatório do Departamento de Estado americano constatou que Osama era o patrocinador financeiro mais significativa das atividades extremistas islâmicas no mundo, afirmando então que ele financiava compor terroristas na Somália, Egito, Sudão, Iêmen e Afeganistão, assim em 1997 Osama Bin Laden passa a viver em Kandahar para ficar sobre proteção do Talibã, assim estreitando sua relação com Mulá Omar (RASHID, 2002, p. 134).

Bin Laden passa a financiar o Talibã influenciando o grupo a adotar uma posição contra o ocidente, principalmente os Estados Unidos. A Al-Qaeda foi criada por ele em 1998 com ajuda de jihadistas egípcios (VISACRO, 2009, p. 214).

O Talibã permaneceu no poder até 2001, e durante esses anos utilizou de massacres, bombardeios e políticas autoritárias para manter seu posto. Os Estados Unidos apenas voltaram seu interesse em derrotar o grupo após aos ataques de 11 de setembro, já que esse se recusava a entregar o responsável do atentado, Osama bin Laden. Em resposta, foi iniciada a operação *Endurance Freedom*, assim formando uma coalizão de países para auxiliar na invasão do Afeganistão contra o Talibã (TOMSEN, 2011, p. 422).

As operações dos Estados Unidos começaram no dia 7 de outubro de 2001, e apenas setenta e cinco dias as tropas americanas com a ajuda de afegãos contrários ao grupo extremista derrotaram o Talibã e seus aliados da Al-Qaeda (TOMSEN, 2011, p. 422).

Mesmo após derrubarem o Talibã, os Estados Unidos permaneceram no país para reconstruí-lo e estabelecer um novo governo, assim em dezembro de 2001 foi

firmada a Resolução 1383 da ONU a qual reconhecia o novo governo afegão, foram feitas também as Resoluções 1386 e a 1444 que designava o “emprego de uma Força Internacional de Assistência e Segurança (ISAF)” (BAPTISTA, 2005, p. 7) que era formada pela OTAN e uma coalizão entre Estados Unidos e Inglaterra, sendo que seus objetivos eram reestruturar o governo afegão e ainda lutar contra as forças do Talibã e da Al-Qaeda.

A atuação dos Estados Unidos no Afeganistão é interpretada como punitiva, preventiva e preemptiva. Punitiva porque visava punir o Talibã por ter apoiado Osama Bin Laden e sua organização Al-Qaeda, preventiva porque visavam se estabelecer na região ao longo prazo para o controle do terrorismo islâmico e preemptiva porque após os ataques de 11 de setembro os Estados Unidos usaram da legítima defesa para intervir militarmente em qualquer lugar que seria uma ameaça a potência (BAPTISTA, 2005, p. 17).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar concisamente partes da história do Afeganistão, se pode notar diversos fatores que tornam o país um Estado Falido, que abrangem desde sua formação até a invasão dos Estados Unidos.

Mesmo na antiguidade, o território atual do país foi disputado por conquistadores, como Alexandre, o Grande e Genghis Khan. No século XIX outras potências disputaram a região, o Reino Unido e o Império Russo. Já no século XX o país foi invadido pela União Soviética e recentemente, no século XXI os Estados Unidos se estabeleceram no Afeganistão.

Desse modo, ao decorrer da sua história, o Afeganistão se encontrou diversas vezes em posição de um Estado Falido, como quando o país era considerado um protetorado britânico, na ascensão do Talibã e mesmo no momento presente. Assim é possível afirmar que o que torna o Afeganistão um Estado Falido não é determinado apenas por um único motivo, mas por resultados de vários acontecimentos desde sua formação e até mesmo por sua raiz étnico-tribal.

Apesar de muitos países prosperarem com a diversidade étnica, no contexto do Afeganistão e da guerra civil, o fato de que grupos afegãos falarem línguas e pertencerem a etnias diferentes tornou um catalisador para o colapso da nação, além disso essa diversidade étnica foi determinante na construção de coalizões durante os

dois anos de ocupação soviética e na luta pós-libertação. Por exemplo, o grupo pushtun de Kandahar, tradicionalmente, olhou para o leste em direção a seus compatriotas no Paquistão, enquanto os persas, falantes de Herat olharam para o Irã. Uzbeques em Mazar-e Sharif, ao norte, se identificam mais com seus companheiros de mesma língua no Uzbequistão do com os seus compatriotas em Kandahar (RUBIN, 2002).

Outro motivo que faz o Afeganistão ser um Estado Falido é a sua formação. Como já mencionado, o país serviu como um Estado tampão entre o Reino Unido e a Rússia, assim seus limites territoriais foram impostos e sua fronteira étnica transcende sua fronteira física (VISACRO, 2009, p. 202). Portanto pode-se afirmar que o Afeganistão como conhecemos hoje foi um Estado criado para atender a interesses de potências externas. É diante dessa questão que se deve levar em conta a universalidade do modelo estatal europeu mencionado na segunda seção dessa pesquisa, já que o Afeganistão é apenas mais um dos exemplos de países onde suas fronteiras foram traçadas arbitrariamente, desrespeitando divisões locais tribais e, portanto submetido a um modelo de organização que não era conhecido e não se relacionava com sua cultura.

A emergência dos Estados Falidos cria lacunas no sistema político Westfaliano global e abre espaço para atores não-estatais atuarem na sociedade de maneira global (BUZAN, 2003, p. 303), desse modo a crescente preocupação das grandes potências em relação aos Estados falidos e como esses oferecem oportunidades para o surgimento de ameaças a sociedade internacional tem encontrado dificuldades em como desenvolver esses Estados (BUZAN, 2003, p. 304).

Isso elucidada o que acontece no Afeganistão desde o início do século, onde uma intervenção militar que dura catorze anos é questionada por sua população, já que uma grande força pacífica é contrária às ações dos Estados Unidos e da OTAN. Esse movimento de paz defende o fim da violência e as negociações com o Talibã, grupo que mesmo fora do poder ainda é uma ameaça ao país. Portanto para parte da população as tropas estrangeiras "em lugar de ajudar a derrotar os insurgentes, vão exacerbar o problema"(CHOMSKY, 2009).

Portanto o que torna o Afeganistão um Estado falido não é apenas a atuação do Talibã em seu território, ou o fato do país ser uma colcha de retalhos étnica, mas a criação de um Estado que nunca conseguiu consolidar sua política por estar à mercê de influências externas.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BAPTISTA, Paulo Luís Antunes. “Afeganistão – Uma análise Geopolítica: Reflexões sobre questões da Paz e da Guerra”. **Revista Militar**. Portugal Jun 2006 .

BARFIELD, Thomas. **Afghanistan**: a cultural and political history. Princeton: Princeton University Press, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

BUZAM, Barry. Implications for the study of international relations. In: BUCKLEY, Mary; FAWN, Rick. **Global responses to terrorism**. London: Routledge, 2003. p 296-310.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. 2 ed. New York: Cornell University Press, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

\_\_\_\_\_. **A era dos impérios 1875-1914**. 13. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

KAKAR, M. Hassan. **Afghanistan: The soviet invasion and the afghan response, 1979-1982**. Berkeley: University of California Press, 1997.

NOAM, Chomsky. Afeganistão e a NATO: Não à Linha Durand!. **Terra Magazine**. 2 abr. 2009. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3677189-EI12927,00-Abaixo+a+linha+de+Durand.html>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

RASHID, Ahmed. **Taliban Militant Islam, Oil and Fundamentalism in Central Asia**. Estados Unidos: Yale University Press, 2001.

ROTBERG, Robert I. **Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators**. In: When States Fail: Causes and Consequences. Estados Unidos: Princeton University, 2003.

\_\_\_\_\_. Failed States in a World of Terror. **Foreign Affairs**. jul. 2002.

RUBIN, Michael. Who is responsible for the Taliban?. **Middle East Review of International Affairs**. vol. 6 n. 1. mar. 2002.

TOMSEN, Peter. **The Wars of Afghanistan: Messianic Terrorism, Tribal Conflicts, and the Failures of Great Powers**. Estados Unidos: PublicAffaris, 2011.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

WEBER, Max. **Ensaio sobre a sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos Editora S.A., 1982.